



**PARECER PRÉVIO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10982/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, Prefeito, à época.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 22/2018-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de contas (fls.1568/1573).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício de 2014.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1- Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das contas da responsabilidade do Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas no exercício financeiro de 2014, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1º, inciso I, e art. 29 da Lei n.º 2.432/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE n.º 09/87.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Junho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado)



**PARECER PRÉVIO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10982/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, Prefeito, à época.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 22/2018-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de contas (fls.1568/1573).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Autorização. Alcance. Recomendações..*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, responsável pela Prefeitura Municipal de Tapauá, no exercício financeiro de 2014, em conformidade com o artigo 71, inciso II e artigo 75, da CF/88 c/c artigo 40, II, da CE/89 e artigo 1º, inciso II, artigo 2º, 4º e 5º da lei nº 2423/96, art. 11, inciso III, artigo 188, § 1º, alíneas “b” e “c”, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, com fundamento no artigo 18, da LC nº 06/91 c/c o artigo 22, inciso III, alínea “b”, “c” e “d”, c/c artigo 25, da Lei nº 2423/96;

**10.2 – Aplicar Multa** ao **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), nos termos do art. 308, incisos V e VI, com nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo ou ante econômico, bem como atos praticados com grave infração a norma legal, face as impropriedades descritas nos itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10, 5.11 e 5.12 do Relatório/Voto:

**10.2.1- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

- 10.3 – Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** e a imediata cobrança executiva nos termos do art. 173 da Subseção III e da Sessão III, do Capítulo X, da Resolução 002 – TCE/AM, caso o **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador no Exercício de 2014, não recolha os valores referente às multas aplicadas por esta Corte de Contas caso persistam os débitos;
- 10.4 – Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária o **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época e a **Empresa NERIS S A MORAIS-ME** – CNPJ: 15.530.000/0001-70, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso III e § 2º do art. 22 da Lei 2.423/96 – TCE/AM e **determinar** a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 60.035,00** (Sessenta Mil e Trinta e Cinco Reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, corrigidos nos moldes do artigo 305 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, em virtude de recursos aplicados e não comprovada sua devida execução, conforme impropriedade listada no item 12.3 do Relatório/Voto;
- 10.5 - Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária o **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época e a **Empresa ELIZABETH RAMOS MARQUES EIRELI-ME** – CNPJ: 17.088.502/0001-19, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso III e § 2º do art. 22 da Lei 2.423/96 – TCE/AM e **determinar** a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 58.234,00** (Cinquenta e Oito Mil, Duzentos e Trinta e Quatro Reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, corrigidos nos moldes e artigo 305 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, em virtude de recursos aplicados e não comprovada sua devida execução, conforme impropriedade listada no item 12.4 e 12.5 do Relatório/Voto:
- 10.6 - Considerar em Alcance** o **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, com fulcro no artigo 25, da Lei nº 2423/96 – TCE/AM, c/c o artigo 190, inciso I e artigo 304 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM e **determinar** a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 13.500,00** (Treze Mil e Quinhentos Reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, corrigidos nos moldes e artigo 305 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, relativo ao recurso



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

aplicado e não comprovada sua execução, conforme impropriedade listada no item 12.6 do Relatório/Voto;

- 10.7 - Considerar em Alcance o Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 22 da Lei 2.423/96 – TCE/AM, c/c o art. 190, I, e art. 304, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, e **determinar** a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 462.680,35** (Quatrocentos e Sessenta e Dois Mil, Seiscentos e Oitenta Reais e Trinta e Cinco Centavos), consoante a gastos não comprovados com passagens e despesas com locomoção, bem como o valor de **R\$ 72.622,22** (Setenta e Dois Mil, Seiscentos e Vinte e Dois Reais e Vinte e Dois Centavos), gastos e não comprovados com hospedagem, no valor global de R\$ 535.302,57 (Quinhentos e Trinta e Cinco Mil Trezentos e Dois Reais e Cinquenta e Sete Centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, corrigidos nos moldes e artigo 305 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, conforme impropriedade listada no item 14.1 do Relatório/Voto;
- 10.8 - Considerar em Alcance o Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 22 da Lei 2.423/96 – TCE/AM, c/c o art. 190, I, e art. 304, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, e **determinar** a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 397.769,02** (Trezentos e Noventa e Sete Mil, Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Dois Centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, corrigidos nos moldes e artigo 305 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, consoante a gastos com materiais, serviços e bens para distribuição gratuita sem qualquer comprovação, conforme impropriedade listada no item 14.2 do Relatório/Voto;
- 10.9 - Autorizar Inscrição** na Dívida Ativa do **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque** e **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para o recolhimento dos valores imputados aos cofres municipais de Tapauá, acrescidos das atualizações monetárias e dos juros de mora devidos, com comprovação perante esta Corte de Contas nos termos do art. 72, III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/96 – TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, I e art. 306, § único, III, ambos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);
- 10.10 - Recomendar** ao Prefeitura Municipal de Tapauá, caso o valor da condenação não venha a ser recolhida pelo **Senhor Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, Exercício 2014 dentro do prazo estipulado, a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.11 - Recomendar** ao Ministério Público de Contas em decorrência dos indícios de improbidade administrativa (Lei 8.429/92), bem como afronta ao disposto na LC nº. 101/00 no que tange ao Executivo ultrapassar o limite de despesas de Pessoal, que se for o caso, represente ao Ministério Público do Estado do Amazonas acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual, colocando-se os autos à sua disposição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do artigo 114, inciso III, da Lei Estadual nº 2.423/1996 e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.12 - Recomendar** a Prefeitura Municipal de Tapauá, que observe com rigor o que reza a Lei das Licitações (Lei nº 8666/93), Instrução Normativa nº 08/04- SCI, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00), assim como a Resolução nº 03/1998 desta Corte de Contas.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Junho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado)

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral